

Sumário

χ Agradecimentos.....	02
χ Resumo.....	03
χ Introdução	
Uma breve contextualização de duas praias da Ilha Grande: Abraão e Longa.....	04
A pesquisa.....	07
χ Capítulo I	
A Morte dos Guapuruvus: uma questão de identidade local.....	08
χ Capítulo II	
Valdemar, Tenório e Clarindo três personagens das praias da Longa e do Abraão.....	11
χ Capítulo III	
Turismo e saberes locais.....	23
χ Capítulo IV	
Diálogos com o turismo.....	28
χ Conclusão	
Novos remos e rumos.....	31
χ Bibliografia.....	33

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Eduardo e Maria Aparecida, que me deram toda a base de minha formação; aos professores que especialmente me inspiraram: Rosane, Myrian, Patrícia e Márcia Leite; e as minhas queridas colegas e companheiras de UERJ e da vida, Carolina, Juliana e Raíza. Obrigada também a todos que sempre me apoiaram, as minhas amigas Patrícia, Bárbara e Alessandra e ao meu namorado, que em tantos momentos tem estado ao meu lado me dando força e amor, Denis.

Resumo

O caso da morte das árvores que se proliferam na região chamadas de Guapuruvu, é tomado como metáfora, ilustrando as transformações ocorridas no modo de vida local da Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ). Este trabalho discute como vem se dando o diálogo entre saberes considerados “locais” e outros vindos “de fora” com a intensificação do turismo, a chegada da energia elétrica e a maior interação dos ilhéus com o continente. Para tanto, são apresentados três casos como diferentes manifestações desse diálogo: Seu Clarindo, Seu Valdemar, e Seu Tenório; o primeiro, residente na Vila do Abraão e os outros dois na Praia da Longa. Estes casos são analisados no intuito de: por um lado, refletir sobre o lugar do “nativo” num contexto de mudança que é marcado pelo crescimento do turismo e pela restrição das atividades ligadas à natureza através de leis ambientais; e por outro lado, demonstrar como é possível pensar tais mudanças de uma ótica positiva, de dinâmica e de processo.

Introdução

Uma breve contextualização de duas praias da Ilha Grande: Abraão e Longa¹

A Ilha Grande fica a 150km da cidade do Rio de Janeiro, sendo parte do município de Angra dos Reis - RJ. Conhecida hoje por suas belezas naturais, a Ilha já foi, por volta da primeira metade do séc. XIX, porta de entrada do tráfico negreiro que alimentava a mão de obra de fazendas e das minas de ouro descobertas em Minas Gerais. Segundo Mello, “Entre 1815 e 1822, devido à proibição do tráfico de escravos, a Ilha desperta um interesse maior, atraindo aventureiros...” (MELLO, 1987: 16) pois se estabelece como rota do tráfico ilegal de escravos. A Ilha foi também, já entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, passagem obrigatória de imigrantes e viajantes que antes de entrar no Rio de Janeiro tinham que ficar de quarentena no Lazareto, na Vila do Abraão. Em Vila Dois Rios funcionaram instituições carcerárias ao longo do século vinte, sendo a última delas o Instituto Penal Candido Mendes, desativado recentemente com sua implosão em 1994. A Ilha também abrigou várias fábricas de sardinha dessa atividade entre as décadas de 20 e 70, tendo no período áureo fábricas por quase toda a Ilha Grande. Algumas que hoje foram adaptadas a pousadas e restaurantes e outras que foram demolidas, ou das quais só restam as ruínas.

Os ciclos econômicos pelos quais a Ilha Grande já passou vão desde fazendas e plantações de cana e café, tráfico de mão de obra escrava, roça, pesca, atividades ligadas ao presídio, e finalmente o turismo. Atualmente o ramo turístico tem sido responsável por grande parte do fluxo econômico da Ilha, com exceção de algumas praias como Provetá e Longa, onde o turismo não se instalou em grande escala e a pesca predomina.

O turismo acabou sendo uma alternativa econômica devido a vários fatores tais como: a redução da pesca a partir da década de 70; a implementação de unidades de conservação em toda a Ilha Grande, que proibiu a caça, o corte de árvores e o roçado, entre outras atividades, também a partir da década de 70; e a desativação e implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, já em meados da década de 90, que foi como um “sinal verde” para o turismo.

¹ O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “Etnoecologia na Ilha Grande”, da professora Rosane Manhães Prado, a quem agradeço, pois sem sua boa vontade e orientação, este não seria possível.

Assim, entre outros fatores, destacam-se como fundamentais para que se entenda o atual contexto da Ilha Grande:

- Introdução da pesca com barco a motor e sonar, entrada de grandes empresas no ramo. Diminuição do estoque pesqueiro (a partir da déc. 70).
- Decretação de leis ambientais resultando na proibição de práticas locais como a caça, pesca (cerco e cercada), roça e derrubada de árvores. (a partir da déc. 70).
- Explosão do turismo, trazendo consigo grande quantidade de pousadas e restaurantes, assim como todo um processo de especulação imobiliária, especialmente para a Praia do Abraão, e para quase toda a Ilha após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes em Vila Dois Rios (1994).

A Ilha Grande é dividida em diversas Unidades de Conservação sob legislações e instâncias governamentais diferentes. O que se impôs aos moradores que já estavam ali antes de tais mudanças, interferindo diretamente em seu modo de vida.

Dentro desse quadro, busco analisar de que forma está se dando o diálogo entre o que é “tradicional”, do lugar, e as novas práticas e tecnologias que ali chegaram juntamente com o turismo, com a chegada da luz e com a alteração de costumes e práticas já existentes na região.

Neste trabalho tomo como referência os casos de três moradores da Ilha Grande que residem em duas de suas praias, Abraão e Praia da Longa, como representantes de um modo de vida que pode ser estendido a outros contextos e situações na Ilha. A primeira – Abraão – conhecida por ser a praia mais populosa da Ilha (estimados cerca de 2.000 habitantes), conta com cardápios em inglês nos bares e restaurantes, com uma extensa variedade de estilos de pousadas² e com uma grande oferta de barcos especializados em passeios para quase toda a Ilha³. Já em oposição, a Longa é uma comunidade que mantém como atividade principal a pesca e não teve seu potencial turístico explorado na forma de pousadas e restaurantes. Sendo ponto de passagem para turistas que fazem caminhadas, ou tendo algumas de suas casas alugadas em determinadas épocas do ano, como carnaval, semana santa e meses de férias. Outra peculiaridade do local é o seu número de habitantes que não passa dos 300, tendo

² Ver mais sobre o tema em Malbouisson, 2004.

aproximadamente 100 casas, das quais praticamente a metade é usada como “de veraneio” por seus donos ou alugada como tal.

Esta pesquisa teve como objetivo partir destes dois pólos – Abraão e Longa – para tentar apreender que percepções e dinâmicas estão sendo vivenciadas no cotidiano dos moradores destas localidades aparentemente opostas, mas que compartilham de um mesmo passado calcado na roça e na pesca, o que se pode projetar também para outras comunidades da Ilha onde já havia pessoas convivendo e lidando com a natureza antes de leis e regras delimitarem seu espaço de atuação. Para tanto acompanhei três casos: Seu Clarindo (Abraão), Seu Valdemar (Longa) e Seu Tenório (Longa). O primeiro, Seu Clarindo, diretamente em harmonia com o cenário pós-presídio e atual pólo turístico, adaptando seu ofício de fazer remos e canoas como souvenirs vendidos para os turistas. Enquanto que os outros dois, Seu Valdemar e Seu Tenório, também detêm técnicas e saberes locais que contribuem, mesmo que indiretamente, para o turismo. Seu Valdemar faz cerquinhas de bambu, que são vistas em toda a Longa seja em casas de “nativos⁴” ou de “veraneio”⁵, que enfeitam e se tornam atrativos aos olhos dos que passam. Seu Tenório conserta barcos em seu estaleiro que vêm de toda a Ilha Grande e de fora, sendo também um grande atrativo aos olhos dos que chegam na praia da Longa e com ele se deparam.

Busco desta forma demonstrar como o “saber local” pode ser uma forma de negociação e afirmação de valores em meio ao novo contexto que se delimita, onde o “rústico” e o “moderno” se encontram. Investigo de que forma estes saberes podem trazer vantagens e se tornar “moeda” de troca e negociação de valores e de afirmação identitária para os moradores da Ilha Grande.

³ Ver mais sobre o tema em Coelho, 2005.

⁴ Autodenominação dada pelos moradores locais aos que nasceram e/ ou moram há muito tempo na Ilha; o termo pode ser observado em muitas falas onde os moradores locais referem-se a si mesmos como nativos de acordo com a praia em que nasceram. Ex.: “Seu Clarindo é nativo do Aventureiro (...)”.

⁵ As categorias “nativo” e “veraneio” muitas vezes se confundem, pois muitas pessoas que mantém casas na Longa não são moradores, mas se consideram “nativas”, ao mesmo tempo em que outras que moram ou freqüentam a Longa não são “nativas”. A propósito das categorias “nativo” e “não-nativo”, ver os trabalhos de Prado (2000, 2002, 2003).

A pesquisa

A pesquisa em questão é resultado de trabalho como bolsista de iniciação científica junto ao projeto “Etnoecologia na Ilha Grande” da Professora Rosane Prado, tendo sido realizada dentro de uma perspectiva de caráter antropológico, baseada em métodos qualitativos, abrangendo observação participante, entrevistas nas residências locais para elaboração de um censo, entrevistas abertas, bem como leituras e discussões de textos.

O trabalho de campo foi realizado entre agosto de 2004 e agosto de 2006, em finais de semana, feriados e períodos mais longos dentro das épocas de férias (julho, dezembro, janeiro e fevereiro), quando não há compromissos com as aulas. Tanto no Abraão quanto na Longa foram observados eventos, festas e cultos diversos do cotidiano destas duas comunidades. Na praia da Longa foram realizadas visitas às residências, onde foram preenchidos formulários com dados sócio-econômicos e opiniões relevantes ao tema da pesquisa, e desenhada uma genealogia das famílias. A interação com a comunidade se deu de diferentes maneiras por conta do convívio cotidiano que se estabeleceu nesse período, e houve um processo de aproximação com a comunidade que culminou em nossa aceitação e inserção junto à mesma.

Tendo escolhido como tema de monografia uma questão ligada à pesquisa da qual fiz parte, tive a possibilidade tanto de interagir com a comunidade em que pesquisamos, como de ter o convívio de professores e profissionais já envolvidos na área antropológica/ambiental, com os quais só aprendi.

Capítulo I

A morte dos Guapuruvus: uma questão de identidade local

Durante o período em que fiz trabalho de campo na Praia do Abraão, tive acesso a diversos relatos e situações que me levaram a refletir sobre o cotidiano dos moradores desta praia e sobre práticas que permeiam a história deste lugar e de tantos outros da Ilha Grande. Uma destas histórias escutei conversando com Seu Antônio Simplício e com Prof. Renato, dois moradores locais, ao indagar sobre uma árvore que se destaca em meio à vegetação tão verde da Ilha por estar seca e aparentemente morta – o Guapuruvu. Disseram que o Guapuruvu ou Bacurubu, como muitos o chamam, é uma árvore boa para fazer canoas, “... o Guapuruvu é largo, bom para canoa...” (Seu Antônio Simplício), e que na época em que a pesca ainda era uma atividade predominante em toda a Ilha Grande, quando um menino filho de pescador nascia o pai plantava um Guapuruvu, depois de 15 anos o pai voltava ao lugar em que a árvore fora plantada com o filho e cortava a árvore para fazer uma canoa e assim iniciá-lo na pesca.

No decorrer da pesquisa escutei outras vezes esta história, tanto no Abraão quanto na Praia da Longa. Em ambas as praias, as razões apontadas para o fim desta “tradição” foram duas: a queda do estoque pesqueiro em toda a Ilha Grande a partir da déc. de 70, desmotivando a prática de fazer canoas para pesca; e a implantação de Unidades de Conservação, também a partir da déc. 70, que restringiram entre outras práticas locais a caça, o roçado e o corte de plantas e árvores.

Outra situação que muito me estimulou para pensar a questão dos Guapuruvus foi a de duas mesas de debate realizadas como parte das atividades da Semana UERJ de Meio Ambiente de 2002, na vila do Abraão com os temas: “A Morte dos Guapuruvus”; e “Caiçaras”. Para tanto foram convidados especialistas, representantes locais como Professor Renato, Norma, Seu Valdir, Seu Antônio Simplício e João (Pescador), funcionários do IEF (Instituto Estadual de Florestas) e professores da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), estes dois últimos órgãos que promoviam conjuntamente o evento. Durante o evento várias versões para o caso da morte dos Guapuruvus foram levantadas; entre elas me chamaram a atenção as versões de alguns dos representantes da população local. Uma das hipóteses sugeridas era a de que besouros estariam transmitindo uma doença, à qual o Guapuruvu é sensível, sendo eles assim os responsáveis por sua propagação. Uma outra versão, trazida por Seu Valdir, lembrava que os

mais velhos já falavam do fenecimento da árvore: “Dava na raiz das árvores ‘saporem’, antigamente era isso que diziam”. Outros diziam que é o ciclo natural da própria árvore, que ela nasce e morre assim mesmo. E uma quarta explicação, que para mim soa muito interessante, era a de que antes, na época em que ainda havia roçados por toda a ilha, o lençol freático era mais profundo porque a vegetação era rasteira e não precisava de tanta água. Com a proibição da roça, a mata se recompôs e passou a precisar de mais água, e o Guapuruvu, que tem raízes muito profundas, não mais encontrou água e secou. Este último relato sintetiza, ao meu ver, todo um modo de vida que teve de se adaptar às novas sanções impostas por tais leis, tendo impactos concretos no cotidiano dos moradores locais.

O debate continuou sem que se chegasse a nenhuma conclusão sobre o que justifica a morte dos Guapuruvus; no entanto, uma outra hipótese foi sugerida, a de que essas árvores precisam de muito sol e clareiras, que são fundamentais para o seu crescimento; portanto, a mata se regenerando, outras espécies vão ganhando mais espaço na mata e o Guapuruvu tende a morrer. Com base nesta última versão uma moradora local argumentou: “Como se a mata estivesse se regenerando, dando espaço para outras espécies. Interpretando dessa forma, a gente pode chorar um pouco menos pela árvore”. A isso outra moradora retrucou: “Eu choro por todas, cada uma que morre”. As duas falas acima são de moradoras do Abraão e, mesmo tendo o primeiro relato certo otimismo em relação ao fato das mortes, fica evidente na segunda fala a tristeza por cada uma das árvores – em minha leitura, por cada um dos costumes que se perderam.

Por fim, um último comentário fez com que me interessasse ainda mais pelo fato: foi ao final do evento, quando a professora Patrícia Birman argumentou que na verdade o que motivava tamanha discussão não era apenas o fato de a árvore estar morrendo, mas sim o que significava esta morte, que “na verdade os nativos estavam debatendo sobre si próprios”. O que ao meu ver se refere a todo um modo de vida baseado na roça e na pesca que se encerra, colocando-se como um de seus símbolos a morte desta árvore.⁶ No atual cenário da Ilha Grande, a luz elétrica chegou, a pesca não é mais a principal atividade econômica das praias, com exceção de Provetá e da Praia da Longa, dando lugar a um turismo que implica a existência de pousadas e entretenimentos diversos em quase toda a Ilha.

⁶ Agradeço à professora Patrícia Birman por tal inspiração.

Assim é que vejo a morte desta espécie de árvore – o Guapuruvu – como não se tratando apenas, no caso das canoas feitas de madeira, do fim de um costume “tradicional” que foi deixado de lado por conta de toda uma conjuntura desfavorável (leis ambientais restritivas; redução da pesca – a partir da dec. de 70), mas de um acontecimento social que leva a refletir sobre práticas anteriormente voltadas para produtos artesanais de subsistência, como canoas e remos antes usados em tarefas cotidianas práticas, e que hoje se voltam para o mercado do turismo. Nesse sentido, avalio como práticas tradicionais/locais foram traduzidas e adaptadas a este novo contexto turístico/global, alterando a base econômica e o modo de vida dos habitantes locais.

No capítulo que se segue serão apresentados os personagens que ilustram esta reflexão, o contexto no qual cada um deles se encontra inserido, e de que forma ilustram e representam a “cultura caiçara”. Esta que pode ser entendida como pertinente aos moradores da região litorânea sul e sudeste que tem seu modo de vida referido basicamente à roça e à pesca, mas que, como se verá, trata-se de uma questão complexa e cheia de nuances.

Capítulo II

Valdemar, Tenório e Clarindo três personagens das praias da Longa e do Abraão

A Praia da Longa

A Praia da Longa está fora das áreas de Unidades de Conservação mais restritivas de uso indireto, ou proteção integral, como é o caso de outras localidades da Ilha (situadas em Reserva Biológica e Parque), estando inserida em uma unidade de uso direto, ou sustentável, que é a APA de Tamoios. A APA (Área de Preservação Ambiental) é uma das unidades de conservação menos restritivas, entre as demais categorias; nela se pode fazer, entre outras coisas, plantações de pequena escala. Neste tipo de unidade não se vê a necessidade de separação do homem da natureza como no caso da Reserva Biológica, que não admite esta possibilidade.⁷

A prática de roças faz parte do passado da Longa; ao longo da pesquisa foram recorrentes as histórias de um tempo em que praticamente todos tinham roças e que só iam a Angra dos Reis de canoa a remo para comprar somente o que não produziam, como sal e sabão, e vender outros itens excedentes de sua produção como banana e farinha.

Atualmente a maioria dos gêneros alimentícios que abastece a Ilha vem de Angra dos Reis e é em grande parte de produtos industrializados. A roça foi deixada de lado pela grande maioria de seus moradores, ficando evidente a mudança no modo de vida local, de suas preferências de trabalho e de bens de consumo. Isso ocorreu junto com a ampliação do leque de possibilidades que foram criadas a partir da inserção do turismo, que apesar de não estar instituído na Longa na forma de restaurantes e pousadas como ocorre em outras localidades da Ilha, possibilita contato com uma grande carga de bens de consumo antes incomuns para os ilhéus; com os barcos a motor, dando a possibilidade de maior locomoção e interação com o modo de vida e as práticas do continente; e por fim, no caso da Longa em 2002, há apenas quatro anos, com a energia elétrica que foi instalada, e a partir daí, a TV⁸ e o rádio ganharam seu espaço definitivo junto a outros utensílios domésticos como geladeira, chuveiro elétrico e máquina de lavar.

⁷ A APA de Tamoios se estende por toda Ilha Grande e a parte do continente. Ver lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Jul., 2000).

⁸ Ver mais sobre o tema em Bakker, 2005.

Foi nesta praia que me deparei com Seu Valdemar e Seu Tenório, antigos moradores que com seus ofícios ajudam a caracterizar esta pequena comunidade.

Seu Valdemar



Seu Valdemar é um senhor negro hoje com 74 anos, aposentado, que como caseiro toma conta da propriedade de Dona Fumiko, localmente referida como Fumika, que inclui uma das duas ruínas das fábricas de sardinha que um dia existiram na Longa. Ele trabalha na manutenção desta propriedade, tendo entre suas tarefas cuidar de suas cercas (o que em outros casos é acertado como bico⁹, quando a pessoa é contratada por determinados dias somente para tal serviço). A arte que seu Valdemar, entre outros, detém de fazer cerquinhas de bambu está presente em toda a Longa.

Assim, existem outras pessoas que sabem fazer as tais cerquinhas, como Seu Romualdo, Seu Pequenino, Seu Bem, Branquinho e Moisés, que, assim como Seu Valdemar, detêm este saber que faz parte de um universo masculino – são os homens que dominam certos saberes e práticas como: pesca, condução e manuseio de barcos, construções, e afazeres na mata, como corte de madeira, limpeza de terrenos, etc. Aqui estou tomando Seu Valdemar como um

⁹ Os bicos ou biscates são comuns na Longa e no Abraão, sendo muitas vezes a única fonte de renda de alguns ilhéus. Como exemplo, pode-se observar a prática de descarregar malas, mercadorias e tijolos, entre outros materiais de construção, dos barcos que chegam, ou prestar serviços como capinar um terreno ou ajudar em alguma obra, como forma de ganhar um “trocado”.

representante deste segmento e de todo um modo de vida baseado na roça, sendo ele alguém que, apesar de ter feito a transição entre a época em que a roça predominava para os dias atuais quando quase não se pratica mais o roçado, continua a manter uma “rocinha” em seu quintal. Além de fazer cerquinhas, Seu Valdemar cultiva feijão, aipim, inhame japonês e bananas, entre outras espécies em seu quintal, tendo também algumas galinhas. Em entrevista ele me conta que colheu 8 quilos de feijão e que o aipim só não deu mais porque “pegaram” antes. Sua convivência com os demais moradores da praia é pacata e, apesar de viver de frente para o mar em interação constante com tudo que entra e sai na Longa, ele ainda preserva um estilo de vida parecido com o do “tempo da roça”.

Contudo, não se pode esquecer que seu Valdemar tem filtros e opera com sistemas classificatórios próprios para julgar o rumo das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Em *Estabelecidos e outsiders* de Elias e Scotson, podemos observar como um grupo de uma comunidade já estabelecida recebe e classifica os que ali chegam, quais os meios de exclusão e seleção que impõe a estes novos moradores, conferindo-lhes um lugar diferenciado, pejorativamente, na comunidade. De modo menos marcante, mas ainda presente, é o que acontece no caso de Seu Valdemar, e de outros moradores antigos da Longa quando se referem ao que mudou ali. É recorrente a colocação, por parte dos mais velhos, de que veio muita gente de fora e que os jovens não têm mais respeito pelos velhos; a ocorrência de pequenos delitos, como roubo de galinhas e aipim, também é atribuída a certo segmento de jovens. A visão de que as pessoas não se conhecem mais e de que se perdeu o senso de solidariedade é característica deste novo contexto, segundo o que incomoda a Seu Valdemar e outros dos antigos moradores. Assim, apesar de não haver muitos turistas na Longa, fica claro que esta comunidade também se encontra exposta a transformações e interferências do continente e de outras praias da Ilha. Seu Valdemar preserva um certo estilo de vida local, mas em constante diálogo com elementos globais.

Seu Valdemar é um importante representante de um conhecimento que é proveniente do lugar, que ele aprendeu com outros que assim como ele sempre estiveram em contato com a natureza, tendo que se adaptar a ela, mas também a adaptando conforme suas necessidades. Assim, quando pergunto com quem ele aprendeu, a resposta que tenho é: “Quando eu cheguei aqui no japonês já tinha, eu fui aprendendo com os outros que já sabiam”. As cerquinhas que Seu Valdemar, entre outros moradores, faz, como outros de seus saberes, constituem um

potencial identitário que é acionado em determinadas situações. Um exemplo é quando Seu Valdemar relata orgulhoso o que turistas dizem ao passar por sua casa situada em local de passagem obrigatória à beira do mar: “O pessoal passa aqui e fala: - Ah! Que cerquinha bonitinha! Quem fez? (...) E eu respondo: - Foi Seu Valdemar! (...) Fazer a cerquinha assim dá cartaz”.

Seu Valdemar relata o processo de fazer cerquinhas de bambu e conta que tudo começa na lua minguante: “É preciso procurar o tempo”, diz ele apontando para o calendário. A justificativa é que além do bambu estar duro nesta fase da lua, é nela que as “coisas da terra vingam”, como plantar feijão, podar árvores, entre outros “saberes da terra”. As cerquinhas de Seu Valdemar duram em média, segundo ele, um ano e meio e só não duram mais porque as crianças as desfazem para brincar com os filetes de bambu. É interessante notar que recentemente em setembro de 2006 em uma de nossas idas a campo, suas cerquinhas estavam derrubadas e todos comentavam da ressaca que deu e que invadiu o terreno de Seu Valdemar ilhando sua casa. Quando perguntei a ele sobre o ocorrido, me respondeu despreocupadamente: “Isso é assim mesmo, mas em dois dias já vai estar tudo no lugar”.

O processo de construção das cerquinhas começa com a ida de Seu Valdemar e, geralmente, de seu neto até o caminho do Boqueirão¹⁰; lá encontram os bambuzais que servirão de matéria prima para as cerquinhas. Então, o bambu é cortado e amarrado em um grande feixe; em seguida ele “passa a madeira na água salgada para conservar mais”. Uma das varas de bambu é deixada de fora do feixe e então Seu Valdemar, com o feixe já na água, sobe em cima do próprio feixe, como num barco, e vem remando até a praia. Como sua casa é a poucos metros da praia, o feixe é arrastado até seu quintal e disposto da seguinte forma: a maioria das varas é cortada mais ou menos na altura de 1,5m; algumas varas maiores – o mourão, como é ali denominado – são conservadas no seu tamanho original, ou cortadas em uma altura um pouco maior que a da vara de bambu. Com alguns dos mourões cortados são feitas as bases de sustentação, que são fincadas no chão verticalmente com intervalos de cerca de 2m e com altura semelhante a das varas de 1,5m. Os mourões que foram conservados em seu tamanho original são dispostos na horizontal em duas alturas paralelamente formando a estrutura da cerca. Em

¹⁰ O Boqueirão, como é localmente referido, ou Lagoa Verde, nos roteiros turísticos da Ilha, é um grande atrativo turístico da região sendo constantemente visitado por escunas cheias de turistas e por visitantes que, em menor escala, vão por trilha até lá. No caminho que liga a praia da Longa ao Boqueirão existem grandes bambuzais que se estendem ao longo da costeira.

seguida, as varas menores são cortadas ao meio na vertical e assim, começa o trabalho de entrelaçamento das varas menores, uma para um lado e outra para o outro sucessivamente, preenchendo a estrutura do mourão.

Seu Valdemar conta com gosto que no final ainda apara uma ou outra vara que tenha ficado desigual e diz: “Eu faço porque eu gosto de trabalhar”.

O Estaleiro de Seu Tenório



Ao se chegar na praia da Longa, logo surge a visão impactante de um pequeno lugarejo, em frente ao cais uma igrejinha católica branca e azul, e à direita do cais vários barcos atracados e alguns na areia. É ali o estaleiro de Seu Tenório, herdado do pai, já falecido, onde trabalham seus filhos e alguns outros familiares. Ali chegam barcos de toda a Ilha; o trabalho é praticamente artesanal, pois não contam com grandes máquinas e nem com uma estrutura grandiosa, pelo contrário, o estaleiro é praticamente a extensão do quintal de sua casa à beira mar. No estaleiro são consertados tanto barcos de pesca, como de passeio, o que inclui também barcos utilizados em atividades turísticas, mesmo que em menor escala. São traineiras, lanchas a motor e veleiros, entre outros; as formas de pagamento são negociadas e muitas vezes ocorrem trocas e acordos entre Tenório, os filhos e os contratantes, como no exemplo que me foi relatado por Branquinho, o barqueiro com quem costumamos viajar, em uma das idas para a praia da Longa. No caminho ele me conta que trocou algumas madeiras do seu barco e que pintou também; quando pergunto quanto foi, ele me dá um valor muito acima do que se espera que Branquinho possa pagar com a renda que tem de barqueiro e caseiro. Então, pergunto como ele

pagou e ele me diz que parcelou e que vai pagando como dá. Este tipo de pagamento, sem os cartões e cheques aos quais o público urbano em geral está condicionado, só poderia ocorrer em um contexto local onde todos se conhecem e sabem onde moram, o que vem a facilitar trocas não só de bens como de serviços no caso de impossibilidade de pagamento.

Como se pode notar, a lógica de mercado apesar de estar presente na dinâmica local assume contornos particulares, conforme argumenta Sahlins “(...) o Sistema Mundial não é uma física de relações equilibradas entre ‘impacto’ econômico e ‘reações’ culturais. Os efeitos específicos das forças materiais globais dependem dos diversos modos como são mediados em esquemas culturais locais” (SAHLINS, 1992:11). Ou seja, o local já é mais uma esfera do mercado global, a diferenciação a se fazer será de como esse local vai se apropriar do global articulando-o a suas necessidades, e isto está acontecendo o tempo todo.

O estaleiro é mais uma possibilidade de mediação cultural entre elementos locais e globais, servindo tanto ao pescador de traineira como ao empreendedor turístico. Além, é claro, do valor a ele agregado na medida em que é um bem imaterial, atrativo turístico e possível rota de um eco-museu¹¹, assim como a já citada igreja, e as ruínas de duas fábricas de sardinha, que ali se encontram, e a própria cachoeira local que abriga marcas de homens pré-históricos que passaram pela Ilha há 3.000 anos atrás.¹² Estes são lugares de visita e fatores de enriquecimento do potencial identitário da comunidade no contexto da Ilha Grande, já valorizada por seus atrativos diversos, que podem e devem, ao meu ver, ser explorados em benefício de sua população. O estaleiro, que já é um elemento naturalizado para o morador local, aos olhos do turista pode assumir uma outra conotação tornando-se um atrativo turístico, ao mesmo tempo que um símbolo local.

Em entrevista com Everson ou Versinho, filho de Seu Tenório, ele me conta um pouco sobre a história do estaleiro e seu trabalho. A história do estaleiro começa com o pai de Seu Tenório, Benedito Félix, que morava em Mangaratiba. “Nativos somos nós, o meu vô não é nativo daqui”. Seu Dito Félix:

“veio plantar banana aqui, trabalhou uns 4 anos, a terra não estava dando mais frutos. Ele foi e comprou o estaleiro do Francisquinho e começou a fazer obra, trabalhar com barco. Na verdade foi ele que trouxe a carpintaria para a Ilha, ninguém sabia mexer,

¹¹ Ver mais sobre o tema em Santos, 2002.

¹² Sobre esse assunto, ver: Tenório, 2000.

puxava pra pintar, vedava água, e aí o meu vô comprou e começou a dar seguimento ao estaleiro.”

Everson mora há 25 anos, desde que nasceu, na praia da Longa. Com 7 anos começou a trabalhar no estaleiro e aprendeu o ofício da mesma maneira que seu pai o aprendeu com seu avô: “Aprendeu a ajudar o meu vô ajudando, foi aperfeiçoando e virou profissional, mexendo com barco, com canoa, motor...”. No princípio o serviço no estaleiro era voltado para canoas, barcos de madeira, botes, segundo ele me explica:

“É que, antes, quando não tinha luz era mais manual né, mais artesanal – mais manual, artesanal é até hoje. E aí depois que chegou a luz aumentou mais, veio mais barco pra gente construir, reformar. Os tamanhos dos barcos antigamente eram menores, era baleeira, hoje em dia vem barco grande aí, barco de 12, 13 metros. Com mais ferramentas elétricas, tem tudo, hoje em dia mexe com tudo, com ferragem, com a carpintaria, mecânica, lancha, fibra, essas coisas assim.”

Os funcionários do estaleiro são todos membros da família. “Trabalha: eu, o Everson, Versinho; Tenório, meu pai; Toninho, que é o Tenório meu irmão, Tenório filho; o Orlando; o Rafael, que é primo; o Neném, que é primo; o Ditinho, que é cunhado, só família”. Cada um tem uma especialidade: “A minha especialidade é a carpintaria, a parte da madeira, a do meu irmão é a pintura, o Tenório, e a do meu pai é geral – ele é o professor! Ele faz tudo, quando a gente precisa de alguma coisa que não está sabendo fazer ele vem dar idéia.”

Por fim, quando pergunto se Everson pretende ensinar o seu ofício para seu filho, Ipuã, ele responde: “Com certeza. Desde já!” Então, indago se Ipuã já demonstra interesse pelo estaleiro:

“Difícil porque ele é criança, mas gostar gosta porque ele vê a gente trabalhando e quer ficar perto, pegar nas ferramentas. Vai gostar, não tem jeito de não gostar, não tem opção também, tem uma hora que vai ter que aprender alguma coisa. Ou vai estudar ou vai aprender a profissão do pai. Prefiro que ele estude, mas podia também aprender a profissão porque é bom ter as duas coisas”.

É fácil reconhecer no caso do estaleiro de seu Tenório a reprodução social, com um saber que, pela via familiar, é uma herança que passa de pai para filho, neto e bisneto.

A praia do Abraão

O Abraão é a praia mais procurada por turistas na Ilha Grande, entre outros fatores, devido à facilidade de condução. As Barcas S&A operam ali tanto para Angra dos Reis quanto para Mangaratiba, o que facilita o acesso, além da grande quantidade de saveiros e barcos que também fazem o traslado para o continente. O Abraão já abrigou o Lazareto, hospital de quarentena por onde passavam as embarcações que seguiam rumo ao Rio de Janeiro no final do séc. XIX e início do séc. XX, e foi porta de entrada do presídio que funcionou ali e em Vila Dois Rios por quase um século. Além de todos esses fatores de atração populacional o Abraão conta hoje com muitas pousadas, campings e restaurantes, o que incentiva um maior fluxo turístico. Deve-se ressaltar que o público que frequenta o Abraão é tão cosmopolita quanto os estabelecimentos encontrados em suas ruas, variando entre estrangeiros de todo mundo, gente de vários estados brasileiros, ecoturistas, turistas que procuram luxo ou rusticidade, hippies, enfim de quase um tudo. As lojas que vendem artesanatos, souvenir e artigos diversos para presente são em sua totalidade lojas que seguem um padrão que pode tanto ser encontrado em Búzios – RJ, quanto em Arraial d’Ajuda – BA; vendem produtos globalizados e de apelo à natureza, como golfinhos estampados em camisas e dizeres como “Ilha Grande – RJ, Brasil”. Faço esta ressalva, pois, nos dois anos de campo que fiz no Abraão participando do projeto de extensão *Ilha Jovem*¹³, pude notar que não havia um espaço sequer onde fossem vendidos artigos como doces e artesanatos de proveniência local, havendo apenas restaurantes como o “Lua e Mar” que vendiam pratos considerados do “lugar”, como o peixe com banana. Seu Clarindo mesmo não tem nenhum de seus trabalhos expostos nas lojas do Abraão.

¹³ Ver mais em projeto de extensão *Ilha Jovem*, 2002, realizado junto a *Brigada Ecológica Mirim da Ilha Grande*, sediada na Vila do Abraão, e em Ranauro, 2003 – idealizador do projeto.

Seu Clarindo



“Clarindo Cardoso dos Santos, ou Baixinho, filho de Dona Tereza e Meu Santo, nasceu na praia do Aventureiro em 5 de agosto de 1947. Passou a infância trabalhando na roça com o pai, mãe e irmãos. Hoje, o que ele mais gostaria de fazer seria continuar trabalhando na lavoura, plantando e colhendo, mas não pode, pois vive em uma área de proteção ambiental, onde essas atividades são proibidas, diferentemente da época de seus pais e de sua infância.

Atualmente, sua distração é jogar uma redinha no mar, pegar uns peixes e alimentar sua grande família. Seu ganha pão certo é entalhar madeiras fazendo remos, canoas e barquinhos. Gosta de preparar um excelente peixe com banana e saborear junto aos filhos.”

Este é um trecho de *Cura, sabor e magia nos quintais da Ilha Grande*, o primeiro volume publicado da coleção *Ilha Grande*, que conta um pouco dos saberes de moradores locais da Ilha Grande, mais especificamente do Abraão onde reside a maioria dos participantes do livro, a propósito de plantas medicinais, de temperos e para simpatias, contendo ainda pequenos relatos da história e da memória de seus participantes. Seu Clarindo é um deles e como tantos outros ilhéus compartilha de um passado onde a roça, a pesca e a caça eram práticas comuns em toda a Ilha Grande. O pai de Seu Clarindo, apelidado de Meu Santo era um respeitado morador da praia do Aventureiro, que se mudou para o Abraão com sua família. Ele era conhecido por ter sido um exímio dançarino nos forrós locais e por seu ofício de fazer barcos, canoas e remos. Ofício este que Seu Clarindo aprendeu e do qual vive até hoje, mas com algumas adaptações. Na época em que Meu Santo trabalhava como artesão, sua matéria prima vinha da mata: eram os Guapuruvus ou Bacurubus, como os nativos o chamam, e era do corte dessas árvores que podia ser feito seu trabalho. Seu Clarindo também viveu esta realidade desde garoto quando

aprendeu com seu pai a trabalhar com a madeira, mas hoje teve que se adequar aos padrões tanto ambientais quanto de demanda por vendas.

A partir do breve panorama do Abraão descrito acima, quero mostrar de que forma se deu a adaptação do trabalho de Seu Clarindo ao novo contexto turístico da Ilha Grande. Como já foi dito, a matéria prima tanto do trabalho de Meu Santo, já falecido, como de Seu Clarindo provém da natureza, dos mesmos Guapuruvus com os quais me deparei secos e de outras árvores que não podem mais ser cortadas, secas ou não. Então se coloca para ele um primeiro problema: a interdição da matéria-prima. Seguindo mais um pouco, uma outra questão se coloca: se a pesca perdeu força nos últimos anos e não é mais o eixo econômico do Abraão, e se agora se usam barcos a motor, para quem seriam vendidos canoas e remos? Assim surge o segundo problema: a baixa demanda por esses artigos de pesca. E só para terminar de compor o cenário, há um grande desinteresse dos mais jovens em aprender com os mais velhos certos ofícios e práticas como esta de Seu Clarindo. Eis o terceiro problema: falta de pessoas interessadas em aprender.

Dado este contexto, Seu Clarindo teve de reformular seu trabalho, mas tendo em vista sempre continuar a trabalhar com o que sabe fazer. Ele reordenou as dimensões de seu trabalho fazendo os mesmos remos e canoas, mas em uma escala bem menor, possibilitando a qualquer viajante levar consigo uma lembrança. Seu ofício, antes voltado somente para a pesca, agora atende a uma pequena demanda de remos e, excepcionalmente, canoas ainda encomendados por pescadores, mas também supre as necessidades do mercado turístico. Algumas pousadas decoram suas varandas com estes artigos e algumas pessoas procuram a casa de Seu Clarindo para comprar e fazer encomendas. Apesar de não ter seus artigos vendidos em lojas, Seu Clarindo anda muitas vezes pelas ruas do Abraão levando consigo seus remos em tamanho normal ou miniatura e suas canoas em miniatura.

Seguindo nesta perspectiva, Seu Clarindo pôde solucionar os três problemas: primeiro, a falta de matéria-prima se resolveu na medida em que ele não precisava mais de grandes quantidades de madeira, pois seu trabalho passou a assumir menores escalas de tamanho e ao entrar no mato ficou possível encontrar madeiras que os ventos ou as chuvas derrubavam em quantidade suficiente. O segundo problema, o da demanda, foi solucionado pela diversificação de seus compradores – turistas e locais. E o terceiro, apesar de não ter despertado interesse nos

mais jovens, ele agora não precisa de tanta ajuda, pois com artigos menores o trabalho também diminui.

Ao entrevistar Seu Clarindo pude constatar que, mesmo tendo saudades do tempo da roça e da vida de menino, ele se sente muito satisfeito com o que faz, diz que os turistas “ficam na deles” e que são até simpáticos, e vende seu trabalho com orgulho e bom humor. Seu Clarindo só passa por situações difíceis quando adoece, já que é ele o responsável por todas as etapas de seu trabalho, desde encontrar a madeira até a venda do produto final. O exemplo de Seu Clarindo poderia ser considerado como adaptado e bem sucedido, mediante as condições de trabalho que se apresentam, se não fosse o fato de que ele é um caso isolado, além de estar envelhecendo sem ter sucessores para dar continuidade a esta arte.

Seu Clarindo, assim como Seu Valdemar e Seu Tenório, ao meu ver, representam todo um cenário de transição no qual seus saberes ou foram adaptados ao turismo, ou a partir dele ganharam maior visibilidade. São três casos diversos que oferecem a possibilidade de se pensar o turismo e suas implicações no contexto local da Ilha Grande.

Um breve relato sobre o trabalho de Seu Clarindo:

Em uma tarde, quando visito Seu Clarindo em sua casa, peço a ele que me conte como é feito o seu trabalho. Então, ele começa a contar que pega a madeira no quintal atrás de casa¹⁴, “os paus que o vento derruba”. Depois de recolher os “paus”, algumas vezes com a ajuda de um dos filhos e outras sozinho, ele os leva para o seu quintal e lá começa a trabalhar. Explica que primeiro corta a madeira de acordo com o tamanho do remo, canoa, ou outra peça que irá fazer – se for fazer uma canoa para pesca ele usa um tronco inteiro. O segundo passo é desbastar a madeira com um machado, facão, ou outro objeto com lâmina. Por fim, “lixa bem, lixa bastante até ficar bem lisinho”.

É comum ver nas ruas da Vila do Abraão Seu Clarindo com um de seus remos na mão a lixá-lo exibindo seu trabalho. O detalhe é que na maioria das vezes esses remos já estão terminados e devidamente lixados, mas este é o modo como ele exhibe e divulga seu trabalho. Essa é a forma de visibilidade que encontrou para valorizar seu trabalho, que não é posto à

¹⁴ Seu Clarindo mora no alto de uma subida, sendo a sua casa a última antes que a mata comece; sua casa é cercada por árvores e de sua varanda a vista que se tem é a do mar do Abraão.

venda em lojas, ressaltando o aspecto artesanal/tradicional destes objetos aos olhos de turistas e até mesmo de moradores do Abraão que, apesar de lá morarem, não detêm tais saberes e por vezes acabam adquirindo tais peças para decoração de casas, pousadas e restaurantes.

Capítulo III

Turismo e saberes locais

Considerando que a população nativa da Ilha Grande é considerada como “caiçara” – categoria pela qual os próprios nativos se designam quando querem marcar a sua condição de pertencimento à Ilha – apresento a seguir aspectos envolvidos nas discussões a propósito de quem seria o “caiçara” e quais as suas características. E, visando chegar à questão dos saberes locais e sua relação com o turismo, apresento as visões predominantes sobre tal relação. De que forma e sob quais discursos o turismo é representado pela população local.

Em relação à região costeira do sul e sudeste do Brasil o termo caiçara é usado para designar as pessoas que ali residem e compartilham hábitos, costumes e comportamentos referentes ao seu modo de vida, geralmente ligado à roça e à pesca. Segundo Branco,

“O termo foi aplicado aos que viviam junto às praias, em economia de subsistência baseada na pesca, extração de palmitos e alguns frutos silvestres e uma fraca agricultura onde predominavam os roçados de mandioca, milho e arroz, fazendo uso tanto do entrelaçado de ramos na construção das habitações como no preparo das armadilhas para pescar...” (BRANCO, 2005:22)

Atualmente muitas dessas populações consideradas como caiçaras se mantêm nas regiões costeiras, mas em muitos casos seu eixo econômico foi deslocado para atividades turísticas. O que levou muitas vezes ao que se considera como uma descaracterização do lugar, segundo também aponta Branco sobre o litoral norte paulista:

“Até 1940/1950 viam-se, próximos à praia, alguns pequenos povoados formados por casas de bambu, taquara ou madeira, telhados de sapê ou folhas de palmeira. (...) Hoje são poucos os resquícios que identificam esta comunidade de pescadores: a praia foi ocupada pelas quadras de tênis de um clube urbano, o acesso ao rio é dificultado por escadas e ruas pavimentadas, resta uma ou outra casinha de pescador, muito subdividida e anexada...”. (BRANCO, 2005:32;33)

Assim, são mudanças que ocorrem seja pela chegada de moradores e comerciantes vindos de fora, ou pela assimilação de costumes e práticas “estrangeiras” pelos próprios moradores locais. Estas que podem ser facilmente encontradas, por exemplo, nos novos moldes de padrões arquitetônicos, como grandes construções de dois pavimentos feitas com muito

concreto e vidro. Enquanto que o que se poderia caracterizar como estilo local seriam construções de estuque, sapê e bambu.

Ao analisar o “modo de vida caiçara” e sua atual adaptação, dada de acordo com todo o contexto já apresentado de novas leis ambientais, pesca e turismo, entre outros, encontram-se diversas visões. Existem aquelas que defendem o caiçara como um ser por natureza sofredor, exposto à desnutrição e a doenças. “A vida das populações caiçaras é, antes de tudo, uma história de sofrimento e sobrevivência extremamente difícil onde estavam sempre presentes a fome, a desnutrição e um rol de doenças fatais”. (BRANCO, 2005:27). Existem também visões preocupadas em enaltecer a figura do caiçara, do nativo, como um ícone que precisa ser preservado e que portanto deve ter os seus costumes intocados e inalterados. Tais visões são analisadas de forma crítica por Cristina Adams em “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem...” (2000). Adams aponta que diversos processos históricos pelos quais as populações caiçaras passaram muitas vezes acabaram por alterar seu eixo econômico e cultural, o que vai desconstruir o mito do nativo intocado visto da mesma forma que o “bom selvagem”. Tais mudanças ficam expressas no trecho a seguir:

“A passagem do lavrador-pescador para pescador quase que exclusivo (embarcado ou na sua praia de origem), modificou sua relação com a mata, como pode ser observado na Vila do Aventureiro, onde apenas os homens mais velhos ainda dedicam-se exclusivamente à atividade agrícola e a maior parte do trabalho nas roças das famílias mais jovens é realizado pelas mulheres. Essa mudança, aliada à migração de contingentes populacionais para os centros urbanos, resultou na redução da área plantada e, conseqüentemente, contribuiu para a retomada das antigas roças pela capoeira alterando os limites alcançados pela agricultura tradicional no passado.” (ADAMS, 2000:157)

Ampliando essa perspectiva crítica de Adams, sigo mais de perto a visão de Birman (2005) no sentido de que o nativo está tão exposto quanto a maioria da população às constantes mudanças que a sociedade como um todo vem vivendo, como o alto índice de desemprego, aumento da criminalidade e de furtos de pequeno e grande porte, situação de miséria, exposição ao álcool e a outras drogas como maconha e cocaína. Além da supervalorização do consumo vinculada a produtos de divulgação em massa via mídia impressa, rádio e TV. Os estímulos de consumo atingem a todos, adultos e jovens, que mesmo vivendo na Ilha acompanham a moda do continente (Angra/Rio de Janeiro); as crianças, que aderem aos modismos estilo “Vanessa Camargo” e “Sandy e Junior”, e os evangélicos também consomem. Este último segmento com

um mercado todo especial reservado para eles com Cd's, DVD's e todo um estilo de vestir "social". Indica isso o fato de que, no decorrer das entrevistas realizadas, em muitas residências pude notar a presença de elementos religiosos como bíblias, adesivos, Cd's de música evangélica, entre outros.

Se, de um lado, são assim expostos e atingidos por padrões externos, de outro, podem ser também os mesmos moradores na Longa que se dedicam a atividades tradicionais como a roça e a pesca; e conforme foi detectado ao longo desta pesquisa, alguns jovens estão seguindo adiante com a pesca e se mostram atentos ao valor que a natureza representa enquanto moeda de negociação e sustentabilidade econômica. Em entrevista com Ângela, professora primária da escola local, nascida e criada na Longa, ela aponta a importância, para a economia e autonomia local do manejo de práticas tradicionais como receitas de doces e artesanatos:

“Na Ilha, por muitos não plantarem, as pessoas não têm o hábito de comer legumes, verduras e frutas. As pessoas não estão acostumadas, mas é uma maneira de sair do sufoco. O projeto ‘Ilha Viva, Sertão Vivo’ da Prefeitura de Angra dos Reis ensina a fazer doces, mas ninguém se interessa, digo isso pela minha mãe mesmo que não vai. Como eu vou plantar o que não como? Se as pessoas não comem como é que vão plantar? Muitas pessoas dizem que uma pousada é a solução para trabalhar, mas eu discordo, uma pousada vai trazer gente de fora para trabalhar e os trabalhos que tiverem para as pessoas daqui são muito cansativos. A comunidade tinha que se unir, apesar de ser difícil, tinham que plantar, fazer artesanato, doces...”

Pode-se ver que a professora está falando em relação a um contexto de mudança que demanda “soluções”, daí a referência ao projeto da prefeitura. Em sua fala fica clara a possibilidade de se ter uma opção de trabalho diferente da de grande parte dos ilhéus que está sujeita a pousadas e restaurantes para trabalhar tendo muitas vezes apenas funções mal-remuneradas como faxineiro, pedreiro e caseiro. Ela se mostra contra o estabelecimento de pousadas na Longa, pois acha que tiraria a exclusividade das pessoas do lugar e não traria tantos benefícios; só que a alternativa que aponta de plantar, fazer doces e artesanato, em certo trecho se torna contraditória, pois ela mesma aponta mais adiante: “O projeto ‘Ilha Viva, Sertão Vivo’ deu certo lá no Bananal. No Bananal tem mais pousadas, então tem para quem vender.” Assim, a questão do turismo ressurge com toda sua ambigüidade entre trazer recursos para os ilhéus e tirar recursos dos mesmos ilhéus. Como articular um tipo de turismo que vá ao encontro das necessidades locais? Ângela mais uma vez tenta apontar um caminho, identificando quais foram os fatores que para ela fizeram com que o “Ilha Viva, Sertão Vivo” não fosse adiante na Longa:

“No ‘Ilha Viva, Sertão Vivo’ faltou a proximidade do convívio. O primeiro caminho é se inteirar, não adianta vir para cá e falar um monte de coisa sem saber o que as pessoas querem. (...) Tem pessoas de fora que gostam desse jeito de ser, se soubesse realizar o eco-turismo ia dar dinheiro. Tem pessoas que querem ir na casa dos moradores, saber do lugar. (...) Daqui a alguns anos a pesca não vai estar dando mais, e aí? É possível mudar a história da Longa, sair dessa posição de se submeter ao que vem de fora.”

É interessante notar a preocupação de Ângela e de outras pessoas em relação à auto-suficiência que a comunidade pode ter, indicando nas entrelinhas, a idéia de não sujeitar-se mais aos interesses que vêm de fora junto com pousadas e empreendimentos imobiliários que pouco beneficiam o nativo, mesmo se não prejudicam. Mas se dessa primeira perspectiva, há este segmento que pensa desta forma, pôde-se notar ao longo das entrevistas realizadas, que, de uma segunda perspectiva, boa parte das pessoas é a favor de pousadas e restaurantes como alternativa de emprego, o que fica claro na fala de algumas mulheres entrevistadas: “Se abrisse uma pousada ou um restaurante era bom que dava emprego para as mulheres. Tinha uma faxina para fazer, uma comida (...)”.

Ainda por uma terceira perspectiva, em que o turismo não vem ao caso e a roça é valorizada por si, há os que não se preocupam nem com pousadas e restaurantes e nem em plantar para fazer doces e artesanatos para vender. Estes são moradores que ainda têm roças e/ou cultivam plantas e criam animais em seus quintais. Alguns são aposentados como Seu Bem, Seu Pequenino e Seu Ditinho, outros são caseiros como Seu Valdemar e Seu Miguel, pescadores como Seu Tião, ou apenas vivem da terra como Seu Romualdo. Em geral sua visão quanto à opção por uma roça é bem prática, conforme se pode notar na fala de Seu Pequenino:

“Aqui é difícil de emprego, só tem a pesca e ninguém planta nada. Você acha que alguém quer fazer roça? Ninguém quer fazer nada. Eu criava porco, galinha, mas toda hora sumia e eles escolhiam o melhor. (...) Aqui o cara que gosta de trabalhar na roça passa um aperto nos primeiros oito meses, mas depois tem tudo. Milho começa a dar com três meses, feijão com uns quatro meses, aipim com oito e assim vai. (...) Aqui é lugar para gente pobre viver, aqui dá tudo.”

Neste relato o que se pode notar é que, para Seu Pequenino, cultivar a terra é tarefa possível para todos, só que muitos querem apenas o lado cômodo de comprar tudo já beneficiado sem ter que “pegar no pesado”. Ainda a este respeito também fala Seu Tião: “Se

plantar colhe, só não pode dar bobeira, senão fica só as folhas. Eu plantei um aipim e colhi cinco quilos. Aqui ninguém planta nada não, o pessoal só pede. Não planta, não colhe. Se a gente não dá ainda passa por ruim.”

Tanto na fala de Seu Pequenino como na de Seu Tião, pode-se notar o tom crítico e a queixa em relação àqueles que não compartilham da mesma visão. A naturalidade com que encaram o “plantando tudo dá” e o “se não planta, não colhe” indica ao mesmo tempo, por um lado, uma despreocupação em relação a ter que investir em objetos e artigos para turistas ou querer pousadas para o ganha pão, e, por outro lado, uma priorização do trato com a terra. A satisfação destes personagens em colher um aipim ou de fazer um café plantado por eles dá o tom de uma Longa da “época da roça”.

Nas três perspectivas referidas, fica evidente que não se pode atribuir ao morador local, apenas um determinado lugar de atuação e conduta. Existem diversos pontos de vista em disputa e questões que se re-delimitam o tempo todo; são estas questões, somadas a tantas outras do cotidiano local, como parentesco e passado em comum, que vão conferir os traços de uma identidade específica seja ela designada como “caiçara”, “nativa”, ou outra.

Capítulo IV

Diálogos com o turismo

As posições dos moradores apresentadas no capítulo anterior bem como os três casos aqui focalizados – Seu Valdemar, Seu Tenório e Seu Clarindo – ilustram um diálogo estabelecido com o novo cenário do turismo. Neste diálogo podem ser vistas duas perspectivas que se apresentam como opostas, e que têm sido objeto de diferentes autores sobre turismo: de um lado a idéia de que o turismo destrói a cultura local; e de outro, a de que o turismo traz benefícios para o local.

Diante desse quadro, poderia dar exemplos das duas tendências e discuti-las, mas, observando a crítica de outros autores, como Steil (2002) e Barreto (2003), julgo mais interessante lidar com uma terceira perspectiva que não se limita simplesmente a ver o turismo como fazendo “bem” ou “mal” à população local. Assim, tendo como objetivo enriquecer tal debate recorro ao caso dos índios Pataxó, que vivem no sul da Bahia, sobre os quais Grünwald produziu alguns trabalhos, entre os quais, “Turismo e o ‘resgate’ da cultura Pataxó” (2001).

Nesse caso dos Pataxó, a alternativa econômica que encontraram foi por via de um “acionamento” cultural que remeteu os índios, que hoje vivem em meio a todo um cenário turístico que se estabeleceu ao longo da década de 70 com a construção da BR - 101, a um passado de costumes e “tradições” muitas das quais não mais fazem parte do seu modo de vida. Um exemplo disto é pensar que o modo ou a finalidade com que eram realizados determinados rituais não fazem mais sentido, como no caso de danças para uma boa colheita ou caça, pois atualmente qual seria a finalidade destes se no caso dos Pataxó as reservas florestais em que vivem também, como no caso da Ilha Grande, tiveram proibidas tais práticas¹⁵? No entanto, o que se pode ver em Coroa Vermelha, no sul da Bahia, é uma gama de danças e rituais “encenados”, e artesanatos oferecidos para os turistas que visitam o lugar. Este último item, não necessariamente tradicional de sua tribo, uma vez que a sugestão para comercialização de tais

¹⁵ “Com a criação do Parque Nacional Monte Pascoal, em 1961, os índios ficaram proibidos pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal de caçar, coletar e estabelecer roças em suas terras, o que os colocou em sérias dificuldades de subsistência.” (GRÜNEVALD, 2001:128,129)

peças surgiu de um chefe da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que: “(...) percebendo a situação penosa dos índios, resolve mostrar-lhes peças artesanais confeccionadas (principalmente colares) em outra área indígena (Xerente) onde havia trabalhado (...)” (GRÜNEWALD, 2001:129)

Julgo que se pode ver uma analogia entre o que os índios Pataxó fizeram – adaptando suas práticas ancestrais, ou reinventando-as – e o que Seu Valdemar, Seu Tenório e Seu Clarindo fazem na Ilha Grande. No caso de Seu Clarindo ele também adaptou e re-inventou seus remos, canoas e outros objetos aos anseios turísticos do atual cenário em que vive como meio de vender seu trabalho, e de se inserir neste novo contexto. Ainda pensando no caso da Ilha Grande, se colocarmos em foco os casos de Seu Valdemar e de Seu Tenório veremos que ambos apesar de não terem a mesma intenção de inserção no “mercado turístico”, acabam por colaborar com ele de alguma forma. Seu Valdemar é admirado por seu trabalho e como ele próprio diz: “Quem repara mais é o pessoal que vem de fora, que passa aí e pergunta quem fez a cerquinha.” Seu Valdemar aprendeu a fazer a cerquinha com os japoneses que ali viviam antes de ele se tornar caseiro de Dona Fumiko; ele já sabia roçar e lidar com a terra uma vez que desde criança já trabalhava na roça, mas como no caso dos Pataxó um novo conhecimento foi apresentado a ele tendo a possibilidade de aliar o que já sabia a algo novo e assim incorporar tal técnica facilmente ao rol de conhecimentos que já detinha. Hoje pouco importa quem ensinou os Pataxó a fazer colares, ou Seu Valdemar as cerquinhas, o que importa que é um saber consolidado e dominado por ambos e que aos olhos do turista é bonito e agrada, é um saber nativo, próprio daquele que o apresenta – neste caso do índio e do caiçara.

A mesma reflexão é válida para Seu Tenório, que aprendeu o ofício, hoje aplicado no estaleiro em que trabalha, com seu pai. Este que não era originalmente da praia da Longa e que na verdade não sabia muito e foi aprendendo um pouco do ofício da madeira com outros moradores da região e com as necessidades que se apresentavam, conforme relata seu neto Versinho em trecho transcrito acima. No entanto, Tenório é reconhecido em toda a Ilha Grande e até mesmo em Angra dos Reis por seu estaleiro, que se necessário pode construir um barco inteiro tal o grau de especialização que alcançou, não deixando para tanto de conservar as suas características artesanais. Aos olhos dos que vêm de fora o estaleiro é extremamente atraente despertando curiosidade e atraindo uma gama cada vez maior de embarcações – traineiras,

veleiros e lanchas, entre outros – cujos donos valorizam e se interessam pelo trabalho de Tenório e sua família.

Desta forma, o que procurei demonstrar neste capítulo é que para além das idéias opostas de que o turismo causa a destruição da cultura local, e de que o turismo traz a possibilidade de benefícios para o nativo, existe todo um diálogo propiciado pelo turismo, que se dá por um lado, incorporando-se práticas estrangeiras e, por outro, mantendo-se ou recuperando-se saberes e práticas nativas. O que acaba sendo constantemente adaptado/ re-inventado contextualmente de forma a dar novos contornos ao cenário, que passa a ser ao mesmo tempo turístico e local.

Conclusão

Novos remos e rumos

Ao longo deste trabalho procurei demonstrar de que forma está se dando na Ilha Grande o diálogo entre o que vem de “fora” – a propósito do turismo, da energia elétrica e do maior contato com o continente – e práticas locais já anteriormente estabelecidas. O caso dos Guapuruvus ilustra um passado em que leis de proteção ambiental e turismo não faziam parte do cotidiano da Ilha Grande. A morte da árvore traz à tona todo um imaginário, que hoje pode soar de forma quase mítica, referente ao tempo do pescador que iniciava seu filho na pesca, da canoa que era feita de “paus do mato”, da roça, de certos costumes que hoje não existem mais. Há um certo saudosismo no relato dos que me contam sobre o Guapuruvu: “eu choro por cada um deles”; ao mesmo tempo em que outros já se referem ao uso dos Guapuruvus, no caso dos mais jovens que não chegaram a viver aquela realidade, como um costume que se foi, perdido em algum lugar do passado e do qual não compartilharam.

Uma perspectiva dinâmica sobre os processos que envolvem esta e tantas outras realidades faz refletir sobre o lugar do diálogo e das negociações constantes da vida social. No caso das mudanças que vêm se dando na Ilha Grande, pode-se verificar a ocorrência de um diálogo tanto da parte dos moradores entre si como dos moradores com tudo aquilo que “vem de fora”. Se, por um lado, todos querem a geladeira e as facilidades que a energia elétrica pode propiciar, de outro, é também unânime o sentimento refratário à “bagunça”, à violência, à falta de educação que freqüentemente são vistas como vindas de fora. Outros exemplos de diálogos acontecem, por exemplo, quando saberes como os do estaleiro são utilizados para se investir no ramo turístico, e o que se observa quando Versinho, filho de Seu Tenório, constrói um veleiro para trabalhar fazendo traslado de turistas; é o que se observa quando Seu Clarindo transforma remos de remar em remos de enfeitar.

Neste trabalho não proponho um modelo para populações que viviam da roça e da pesca e que passaram a receber grande fluxo turístico, para lidar com tal situação. Aqui, proponho uma forma de ver como um exemplo positivo casos de adaptação ao turismo, sem que isso signifique eliminação ou descaracterização do elemento local, o que pode igualmente ser visto como positivo tanto para o nativo quanto para o turista. Outro ponto que acredito importante

ressaltar é que também não proponho um modelo imobilista no qual os moradores locais estariam “condenados” a reproduzirem sua cultura – congelando-a – como forma de ganhar algum proveito frente ao turismo. É justamente porque defendo o contrário – um maior leque de opções para os nativos – que acredito que utilizar seus próprios saberes é uma forma de não subordinação aos empresários do turismo, aos que vêm de “fora” para montar uma pousada e contratar uma ou duas pessoas para os trabalhos pesados de faxina e cozinha.

Além dos casos aqui apresentados de Seu Clarindo, Seu Tenório e Seu Valdemar, remeto a outros casos como: a Prainha do Canto Verde¹⁶, na qual os nativos assumiram o processo turístico com uma associação de moradores forte; os índios Pataxó do Sul da Bahia, que conseguiram sair da situação de miséria na qual se encontravam vendendo artesanato e “encenando” sua própria cultura; a Praia do Aventureiro, também na Ilha Grande, em que os moradores prosperaram com a criação e o gerenciamento de um sistema próprio de camping¹⁷;. Em todos estes exemplos não quero julgar o que foi mais bem sucedido, mas sim alertar para a possibilidade de ver positivamente o diálogo entre o turismo e as comunidades receptoras. Apesar de a morte dos Guapuruvus ser sentida como uma perda que traduz e representa outras perdas referentes a um modo de vida, pode-se ver as mudanças ocorridas de um ângulo mais positivo – dinâmico, de processo, de diálogo.

¹⁶ Sobre o tema ver Mendonça, 2004.

¹⁷ Ver: Wunder, no prelo e Catão, 2004, que tratam em profundidade desse caso do “Povo do Aventureiro”.

Bibliografia

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. *In: Revista de Antropologia*. São Paulo:USP, 2000, v. 43, nº1.

ALBUQUERQUE, Aline Valentim de. *As Nações de Maracatu do Recife e o Maracatu no Rio - Algumas reflexões sobre tradição, ressignificação e mediação cultural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

ALVES, Carolina Gonçalves. *Na contramão da memória: uma análise sobre o vazio documental das prisões da Ilha Grande*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

BAKKER, André Werneck de Andrade. *Entre telas e orações: religião e mídia em uma comunidade evangélica da Ilha Grande*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

BARRETTO, Margarida. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos – Turismo*, nº 20. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BIRMAN, Patrícia. *Comunidade evangélica, conflitos geracionais e recepção midiática*, Rio de Janeiro: no prelo, 2005.

BRANCO, Alice e CASEIRO, Fernando. *Cultura Caiçara - resgate de um povo*. São Paulo: Editora Etecê, 2005.

COELHO, Ingrid Assis. *Entre preços e praias: quem é barqueiro na Ilha Grande*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

CARDOSO, Neuseli e MACIEL, Alba Costa e (orgs.). *Cura, sabor e magia nos quintais da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

CATÃO, Helena. *Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro -Ilha Grande-RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRuralRJ, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação - novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e gestão local. *In: Revista Ambiente e Sociedade*, ano IV, nº 9, 2001, pp. 115-148.

GEERTZ, Clifford. 'Do ponto de vista dos nativos': a natureza do conhecimento antropológico. *In: O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

GOMES, Marcus Machado. *A natureza sob vigilância - Ethos penitenciário e etnoecologia na Ilha Grande*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e o resgate da cultura Pataxó. *In: BANDUCCI, A. e BARRETO, M. Turismo e identidade cultural – uma visão antropológica*. Campinas: Papiros, 2001.

LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. *In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

MALBOUISSON, Augusto Brandão. *Construções do Paraíso: Arquitetura e questões sociais no Abraão - Ilha Grande (RJ).* Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

MELLO, Vieira de. *Apontamentos para servir à História Fluminense, Ilha Grande – Angra dos Reis.* Angra dos Reis -RJ: Edição do Conselho Municipal de Cultura, 1987.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. *Turismo e participação comunitária: ‘Praia do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: EICOS/Inst. de Psicologia/UFRJ, 2004.

RANAURO, Marcio Lima. *Educação ambiental pra quê? Discurso e prática ambiental dos jovens da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande.* Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

PRADO, Rosane. Depois que entrou o Imbamba: Concepções de preservação ambiental entre a população da Ilha Grande. Brasília: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa: *Conflitos Sócio-Ambientais e Unidades de Conservação*, mimeo, 2000.

_____. Quem entende do paraíso: Estudo sobre percepção e políticas ambientais num contexto de unidades de conservação. Gramado: XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa: *Processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades no espaço público. Abordagens interdisciplinares em uma perspectiva comparada*, mimeo, 2002.

_____ & RANAURO, Márcio. “Projeto de educação ambiental 'Ilha

Jovem”. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

_____. Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. *Caderno Virtual do Turismo n° 7*. Rio de Janeiro: Instituto Virtual do Turismo/COPPE/UFRJ, 2003-a.

_____. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos – Turismo*, n° 20 ano 9, Porto Alegre, UFRGS, 2003-b.

_____. De praias que viram morros e do valor da natureza, Caxambu: XIX Encontro Anual da ANPOCS, GT: *Conflitos sociais e meio ambiente*, mimeo, 2005.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo. *In: Religião e Sociedade* v. 16, n. 1/2, Rio de Janeiro: ISER, 1992.

SANTOS, Myrian S. dos. *Notas de Pesquisa: os Conflitos entre Natureza e Cultura na Implementação do EcoMuseu Ilha Grande*. Rio de Janeiro: no prelo, 2002.

SANTOS, Kelly Pedrosa dos. *Memória coletiva e identidade na Vila Dois Rios*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

SOUSA, Tatiana Caldeira de. *Tão perto e tão distante*. Uma abordagem antropológica da relação entre a população da Vila Dois Rios e a UERJ. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

STEIL, Carlos. Turismo como objeto de estudo no campo das ciências sociais. *In: RIEDL, M., ALMEIDA, J. e VIANA, A. Turismo rural*. Tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

TENÓRIO, Maria Cristina. Os fabricantes de Machado da Ilha Grande. *In* _____. (org.) *Pré História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Edit. UFRJ, 2000.

WUNDER, Sven. Modelos de turismo, florestas e rendas locais. *In*: PRADO, R. M. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, no prelo.